

Boletim Adunesp/Sintunesp nº 02/07

São Paulo, 31 de janeiro de 2007.

**UNESP DIFERENCIADA – MAIS UMA VEZ !  
REITORIA NÃO PAGARÁ JÁ 1,79%  
RETROATIVO A MAIO-2006 ?**

***No mês de fevereiro/07 estaremos recebendo um reajuste de 1,79 % referente aos meses de novembro/dezembro/janeiro e 13º. Salário. Porém, fomos informados em reunião com o vice-reitor — Prof. Herman, reitor em exercício — que, em nome da prudência administrativa e da defesa da instituição, a reitoria da Unesp não cumprirá o compromisso de retroagir, neste momento, o reajuste de 1,79% a maio de 2006, conforme consta no comunicado Cruesp nº 02. Mais que isso, mais uma vez irão agir de forma diferenciada, quebrando a isonomia entre as três Universidades, já que, em folha suplementar, USP e UNICAMP fizeram o pagamento. Reitor, a defesa da Instituição passa, fundamentalmente, pela valorização e manutenção do poder aquisitivo de quem faz a instituição funcionar.***

**RETROATIVIDADE JÁ!**

Companheiros! Por mais justificativas e ponto de vista que possam existir, é difícil encontrar argumentos convincentes para a posição assumida pela reitoria da UNESP, neste momento, para não realizar a retroatividade do reajuste de 1,79 % aos salários dos servidores de maio a outubro de 2006. Vejamos: o compromisso assumido pelo Cruesp foi que se a arrecadação do ICMS atingisse 40,9 bilhões no fechamento do ano de 2006, o índice de reajuste iria retroagir a maio, mês da data base. Conforme planilha divulgada pelo próprio Cruesp, a arrecadação fechou em 41,1 bilhões. Portanto, não precisaríamos nem estar redigindo este boletim. Automaticamente, o valor referente à retroatividade do reajuste deveria ser creditado, como ocorreu na USP e na UNICAMP. Como já afirmamos, esta ação diferenciada, colocando em cheque a isonomia, não tem explicação. Uma das tentativas de justificar o não pagamento é que este aumento da arrecadação no 2º semestre de 2006 ocorreu devido ao REFIS aprovado pelo Estado. Concordamos que este fator possa ter influenciado, inclusive o Fórum possuía uma previsão abaixo do que foi realizado, porém, as reitorias imaginavam um fechamento ao redor de 40,2 bilhões, uma diferença exorbitante do que foi realizado, e esta não pode ser creditada apenas ao REFIS. Outro argumento que não podemos esquecer, o índice de 1,79% é uma parte do índice inflacionário FIPE de maio de 2005 a maio de 2006. Desta forma, a previsão do Estado de 40,2 bilhões de arrecadação do ICMS para 2006 aprovada e número base para a aprovação dos orçamentos das Universidades já havia sido reajustada pela inflação e crescimento vegetativo do Estado. Portanto, conforme o Fórum das Seis argumentava, no momento da discussão salarial, era totalmente possível o pagamento já em maio da inflação, sem nenhum comprometimento da saúde financeira das universidades.

Uma informação sobre os números da universidade no ano de 2006, nos deixa claro o que significa para cada um dos servidores esta medida prudente da reitoria. A pergunta feita foi: de quanto era a reserva financeira em janeiro de 2006 e quanto é em janeiro de 2007? Conforme informação prestada pelo Prof. Herman, via APLO, os números são: janeiro de 2006 = 10.806,508,48 milhões; janeiro de 2007= 37.560.123,08 milhões; portanto, a universidade guardou cerca de 27 milhões no ano de 2006. Outra informação prestada, *espontaneamente*, na reunião foi o quanto significa para a reitoria o pagamento de 1,79% de novembro/06 a janeiro/07, garantido o crédito em fevereiro e o que significaria o pagamento retroativo referente aos meses de maio a outubro de 2006. Os valores são respectivamente: 3,3 milhões e 6,8 milhões. Se descontarmos o pagamento do mês de janeiro que já é feito com o orçamento deste ano, chegamos que a retroatividade dos salários a maio de 2006 significaria a Unesp cerca de 9 milhões. Ora, comparado este valor a reserva financeira da Universidade em 2006, os servidores contribuíram com 1/3 do aplicado pela universidade, a partir do não reajuste dos salários. Vamos fazer

a conta, tomando como referência o salário de um funcionário e um professor, para sabermos o quanto cada um contribuiu para a reserva financeira da universidade no ano de 2006, ou melhor, deixou de ganhar e como muitos pagaram juros devido à utilização do cheque especial.

Servidor	Salário Base	Valor devido referente ao Reajuste 1,79%, a cada mês	Total do Reajuste não pago (maio a outubro/06)	Juros do cheque especial sobre o valor não recebido	Total de Perdas ou de contribuição à reserva financeira
Oficial administrativo início de carreira	1.090,30	19,52	117,12	9,35	126,47
Professor Doutor 40h	5.560,61	99,53	597,18	47,48	644,56

Vale ressaltar que não estamos contabilizando os benefícios próprios de cada servidor, por exemplo, quinquênios onde também seria aplicado o reajuste; além disso, não está computado quanto um servidor deixou de ganhar se este valor fosse aplicado na poupança, por exemplo. Mas podemos calcular o quanto a reitoria ganhou se aplicou os 9 milhões no Banespa Santander, ou seja reservou fruto dos nossos salários mais cerca de 67.500,00 reais, contando o percentual médio de rendimento da poupança no mês passado. Claro em nome da prudência e do respeito à instituição e aos servidores, a reitoria divulgou no início de janeiro o resultado de uma negociação com dois bancos, conseguindo taxas de juros baixas para o empréstimo na folha de pagamento. Hoje, faz sentido esta iniciativa, não compreendida pelos sindicatos, já que o juro do cheque especial é bem maior do que o juro oferecido pelo empréstimo, principalmente, porque os administradores sabiam que não iriam cumprir o compromisso do reajuste salarial. Isto não é razoável, Reitor. Neste momento, após a intervenção do Governo Serra na autonomia financeira e administrativa das Universidades, colocadas em prática no primeiro mês de governo, novos argumentos surgiram para justificar não pagar parte da inflação de 2005 em janeiro de 2007, por exemplo: o contingenciamento de recursos de parte da arrecadação de dezembro de 2006 e sobre os valores de custeio e investimento no mês de janeiro. Além, é claro, do veto do governador à LDO e a não definição da Lei Orçamentária. Fatos estes relevantes que necessitarão de uma resposta à altura de toda a comunidade em defesa do modelo de universidade e da autonomia universitária. Porém, nem mesmos estes argumentos são consistentes e definitivos para justificar a opção política assumida pela atual administração da universidade. Para reforçar a nossa reivindicação, o fechamento da arrecadação do ICMS, no mês de Janeiro/2007, foi 2,5% superior ao previsto para este ano, ou seja, começou em alta diferentemente do ano passado. Compreendemos todo esforço feito pela reitoria nestes dois anos de gestão para atacar problemas estruturais que esta universidade enfrenta e ainda enfrentará, devido à irresponsabilidade da gestão anterior; e também, da necessidade de existir uma reserva financeira para segurança da administração. Porém, teremos que fazer esta recuperação de uma reserva consumida em 4 anos em apenas 1 ano? Será através da não reposição de perdas inflacionárias dos salários dos servidores? Será através da quebra de compromisso político da atual gestão? E a isonomia com as outras duas Universidades Estaduais, fundamental para estarmos no estágio de desenvolvimento da UNESP que nos encontramos hoje? Profs. Macari e Prof. Herman, no momento atual de organizarmos a comunidade em defesa da Instituição de forma articulada, é fundamental rever esta posição. Existem recursos na Universidade que possibilitam a retroatividade do reajuste. Assim, é fundamental cumprir o compromisso assumido durante a campanha salarial, pagando em folha suplementar o mais rápido possível.

Palavra é Palavra!  
Compromisso é Compromisso!  
Retroatividade Já!

**ADUNESP E SINTUNESP**